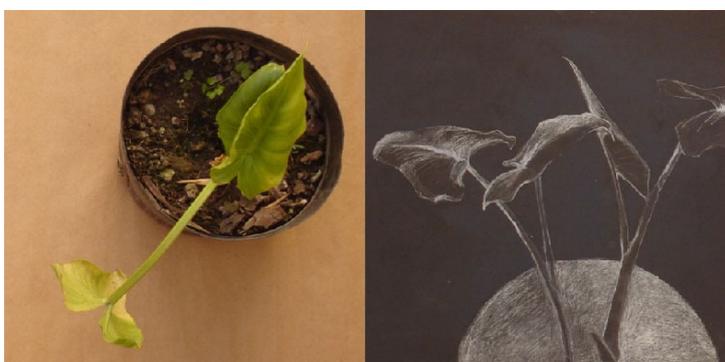


A inserção da economia solidária no mercado: contradições e possibilidades

Fabio Roberto Moraes Lemes

Bacharel em Economia pela Universidade Regional do Noroeste do RS (Unijuí), Mestrando em Desenvolvimento pela Unijuí, com bolsa de apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), atuou na Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Unijuí, sendo que em 2005 e 2007 coordenou os trabalhos de campo do Mapeamento Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, na região do noroeste gaúcho. Brasil. E-mail: lemescst@yahoo.com.br



RESUMO

Apresenta-se neste trabalho a discussão sobre a Economia Solidária por meio de suas raízes históricas, conceitos e principalmente pela realidade dos empreendimentos de Economia Solidária da Região Noroeste do Rio

Grande do Sul, a partir de dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, que foram coletados em parceria com a Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Unijuí. Busca-se caracterizar e analisar os empreendimentos, a partir dos resultados obtidos pela inserção destes no mercado, as contradições desta inserção e as possibilidades de contribuição da Economia Solidária para transformação do mercado e de viabilização da própria Economia Solidária, por meio de seus empreendimentos.

Palavras Chave: Economia Solidária. Mapeamento. Mercado. Capitalismo.

RESUMEN

El tema de este artículo es el debate respecto a la Economía Solidaria considerando sus raíces históricas, conceptos y, principalmente, por la realidad de los aportes de la Economía Solidaria de la Región Noroeste del Rio Grande do Sul, a partir de los datos del Sistema Nacional de Informações de Economía Solidária, del Ministério do Trabalho e Emprego y que fueron recolectados conjuntamente con la Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável de la Unijuí. Se busca caracterizar y analizar los aportes a partir de los resultados obtenidos por la inserción de estos en el mercado, las contradicciones de esta inserción y las posibilidades de contribución de la Economía Solidaria para transformación del mercado y la viabilización de la propia Economía Solidaria por medio de sus aportes.

Palabras-clave: Economía Solidaria. Mapeo. Mercado. Capitalismo.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise da inserção de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no mercado capitalista. Os dados utilizados foram coletados em um trabalho de pesquisa de campo, baseado na aplicação de formulários aos associados aos EES, com perguntas de múltiplas respostas, aplicadas em 276 EES, de 54 municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Foi desenvolvida pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - Unijuí, inserindo-se num levantamento nacional da Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego, denominada mapeamento, cujo objetivo, dentre outros, foi conhecer melhor a realidade do campo denominado Economia Solidária, no Brasil, e organizar um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Em relação ao campo da Economia Solidária, pode-se dizer que “falar da Economia Solidária é relativamente fácil, mas definir quais os empreendimentos que reúnem as qualidades para integrá-la é extremamente difícil” (LECHAT, 2004, p. 42). Neste campo, além de empreendimentos, deve-se considerar as inúmeras organizações de apoio, desde as não governamentais (ONGs), Igrejas, Universidades, Gestores e empresas públicas¹, além de movimentos sociais e intelectuais. De forma geral, pode-se considerar no campo da Economia Solidária aqueles setores que de alguma forma se articulam no Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES² e/ou são beneficiários de programas de apoio e estímulo à Economia Solidária.

Diversos estudos têm sido realizados neste campo nacionalmente, tendo entre as referências Singer (1998a; 1998b; 2002; 2003; 2004) Gaiger (2003; 2004; 2006), Cattani (2002; 2003), França Filho (2001; 2002; 2006a; 2006b), Lechat (2001; 2003; 2004; 2007), Lisboa (2001; 2005a; 2005b) entre outros. A Unijuí tem sido pioneira em pesquisas na região do noroeste gaúcho, sendo que os dados coletados na referida pesquisa embasaram trabalhos acadêmicos, dentre os quais Lemes (2006), que este artigo busca sintetizar os principais tópicos e utiliza como fonte para dados referentes aos empreendimentos³.

O presente trabalho está organizado em seis partes, sendo a primeira esta introdução, após busca-se apresentar um quadro teórico referente ao debate sobre a Economia Solidária, principalmente a partir de sua contextualização histórica no Brasil. A terceira parte discute, a partir dos dados coletados, a inserção do EES no mercado, a quarta apresenta as contradições entre esta inserção e o discurso de alternativa sistêmica da Economia Solidária. Na quinta parte discutem-se as possibilidades de superação do mercado e as reais contribuições que a Economia Solidária pode dar e, por fim, encerra-se com algumas considerações.

2. QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

¹ Empresas privadas e organizações do meio empresarial também têm estimulado EES, seja por ações de responsabilidade social, por vantagens fiscais ou motivações diversas. Evidentemente que este estímulo é mais associado a empregabilidade ou caridade do que a construção de alternativas ao modelo socioeconômico vigente.

² Sobre o FBES ver o site: www.fbes.org.br

³ Outras publicações referentes a pesquisas da ES no noroeste gaúcho podem ser encontrados em Lechat et al, 2007.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária assemelha-se às primeiras experiências cooperativistas, que tem como marco simbólico à fundação da Cooperativa Matriz de Rochdale, em meados do século 19, na Inglaterra. Os famosos princípios da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale eram a adesão livre, o controle democrático, o retorno dos excedentes em proporção as operações, a taxa limitada de juros ao capital social, a neutralidade política e religiosa, a educação cooperativista e a integração cooperativista. Esses princípios não surgiram nos primeiros dias da cooperativa, foram desenvolvidos no processo, sendo que após este auge, também foram sendo revistos, especialmente em relação à distribuição dos excedentes (KEIL; MONTEIRO, 1982).

São das práticas desta cooperativa que se formaram os princípios do cooperativismo. Estes princípios foram instituídos no movimento cooperativista internacional em 1938 no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, que consolidou a livre entrada ou saída de cooperados, a gestão democrática, no qual cada associado tem direito a apenas um voto, a limitação da remuneração do capital (juros) e a distribuição de sobras de forma equivalente (FRANTZ, 2005).

Goerck (2006) salienta que, posteriormente ao primeiro congresso, foram acrescentados a não discriminação dos associados, por meio da neutralidade político-social e religiosa, assim como a intercooperação e a educação, a capacitação e informação do quadro social, que se operacionaliza por meio da constituição de um fundo de recursos, específico para esta finalidade, instituídos no congresso internacional de 1966.

Observa-se que a produção e consumo de bens e serviços, de forma associativa, não é algo novo; ao contrário, sua prática remota aos primórdios do capitalismo, por meio das propostas de cooperativismo. De maneira mais geral, a autogestão dos produtores (operários e camponeses) foi base da construção das propostas societárias do socialismo/comunismo, tanto nos programas marxistas ou anarquistas. A cooperação ou sua forma reduzida - a co-gestão - também integraram os programas políticos da social-democracia, dentro da perspectiva de reformas do capitalismo. Segundo Carvalho (1996, p. 27):

O movimento de autogestão se originou na ala jovem intelectual do comunismo internacional como uma crítica da ala esquerda do bolchevismo. A essência dessa crítica encontra-se no admitir que qualquer forma de socialismo sustentado por uma burocracia estatal e apoiada por uma elite do partido é em si uma nova forma de capitalismo. [...] Como modelo socialista, a autogestão expressa um ideal realizado inicialmente na Comuna de Paris e nos *Soviètes* da Revolução de Outubro.

No Brasil, as origens do cooperativismo remetem a experiências do movimento anarquista ainda no final do século 19. No entanto, seu impulso principal dá-se nas regiões de agricultura familiar com mão-de-obra imigrante, especialmente no sul do país, nas regiões ocupadas por imigrantes germânicos e italianos (GOERCK, 2006)⁴.

Em 1932, o governo de Getúlio Vargas institui a primeira legislação cooperativista brasileira, tendo por objetivo "influir de forma marcante no cooperativismo, visando, não apenas, enquadrar as cooperativas nas metas nacionais de desenvolvimento, mas principalmente como alternativa de desenvolvimento" (SCHNEIDER, 1991, p. 332)

Pretendia o governo, desta forma, rearticular a inserção dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional, que estavam fragilizados devido à grande depressão gerada pela crise de 1929. Esta iniciativa propunha a formação de cooperativas agro-exportadoras, que diminuían custos e facilitariam o recebimento de subsídios do governo (GOERCK, 2006).

⁴ Nestas regiões, as igrejas católicas e evangélicas desempenharam um papel importante.

Houve intenso surto de desenvolvimento cooperativista, inspirado pelo Estado, em especial no meio rural do sul do Brasil, no período de “modernização agrícola”, entre os anos 1960/1970. Este modelo de cooperativas entrou em crise nos anos 1980, sendo que sua reestruturação apontou uma saída de rumo capitalista, ou seja, instituindo-se medidas de reestruturação produtiva, profissionalizando a gestão, transformando os associados em “clientes” ou “fornecedores” (de maneira formal continuaram associados) e eliminando custos especialmente nas ações de formação e fortalecimento do quadro social.

Ao longo da década de 1990, os setores rurais, ligados à agricultura familiar, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), começam a constituir novos tipos de cooperativas, visando a organizar suas estruturas a partir das necessidades de seus associados em busca de mercado para seus excedentes, ao contrário das cooperativas denominadas empresariais, que se pautavam pelo mercado para estabelecer as políticas a seus associados (VITCEL et al, 2005).

No meio urbano, o crescente índice de falências de empresas de médio e mesmo grande porte, devido aos novos padrões de competitividade capitalista, levaram os trabalhadores demitidos destas empresas a empreenderem ocupações e lutas, com o objetivo de assumir essas massas falidas, revertendo seus créditos trabalhistas em capital para recolocá-las em atividade, porém, a partir daí, geridas por cooperativas de trabalhadores (SINGER, 2003). Este processo recebe apoio do movimento sindical, primeiramente de forma crítica, mas posteriormente passa a ser programa principal, especialmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Outras experiências gestavam-se neste período, com grande enraizamento popular: eram os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), ligados à Igreja Católica e também ações ligadas a igrejas evangélicas. Os principais incentivadores desses projetos eram as Pastorais Sociais e a Caritas⁵. Estes projetos consistiam em pequenos empreendimentos, como padarias comunitárias, ateliês de costura, artesanato e outros, que recebiam recursos normalmente na forma de pequenos empréstimos e em condições de reembolso bastante acessíveis, para serem aplicados e geridos de forma coletiva pela comunidade.

2.2 O TERMO ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este conjunto de experiências citadas, somando-se a políticas públicas e ações de Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas ao associativismo, foram constituindo as bases de uma proposta de desenvolvimento associativo. Baseada num novo associativismo ou cooperativismo, a proposta é denominada de várias formas, sendo as mais conhecidas e aceitas atualmente no Brasil: Economia Solidária e Economia Popular Solidária.

O termo Economia Solidária, segundo Lechat (2004) foi inicialmente conceituado por Singer

A Economia Solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção (1998b, p. 125)

O termo “popular”, que acompanha a denominação de Economia Solidária é muito utilizado nos setores ligados à Cáritas, bem como compôs a denominação da primeira experiência de programa de ação pública em escala estadual, voltada a estes setores, que foi o Programa de Economia Popular Solidária da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul (Sedai/RS),

⁵ Instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, de âmbito internacional, com forte atuação no Brasil, onde é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

durante o Governo Olívio Dutra (1998-2002). Segundo a Cáritas, o “popular”, na denominação de Economia Solidária pode ser entendido como:

[...] o processo de organização solidária com e a partir dos excluídos, já que os “grandes” também são solidários entre eles. No bojo do popular está uma opção político-pedagógica. Sob esta ótica, os 56,42% da população gaúcha que vive em situação de pobreza e de indigência, são alvos da EPS, buscando integrar o processo de assistência social como parte do desenvolvimento solidário[...] O popular, contudo, não significa desprezar a tecnologia socialmente acumulada. Também não significa produto sem qualidade, coisa pequena, isolada [...] A produção econômica com tecnologia adequada deve garantir a realização da pessoa a ser solidário(a) com-cidadania (DIOCESE, 2002, p. 16)

Neste sentido, ambos os termos – Economia Solidária e Economia Popular Solidária – não se anulam, mas partem de ângulos diferentes. Ao passo que o primeiro busca construir-se numa experiência mais sistêmica, o segundo parte de uma “opção pelos pobres”, integrante da doutrina social da Igreja Católica. Ambas convergem, no entanto, no sentido de proposta alternativa à exclusão social e sua fonte geradora, o sistema capitalista (LEMES, 2006).

Muitos incentivadores da proposta buscam conceituar a partir do caráter efetivo dessa, como Lisboa (2005a), que designa a Economia Solidária como diversas práticas desenvolvidas, principalmente na agricultura familiar, empresas recuperadas, cooperativas, rede de catadores, etc. Segundo o autor, essas práticas estavam fragmentadas, sendo que o termo “Economia Solidária” se constituiu num aglutinador de todo o tipo de atividades, permitindo articulá-las em torno de um amplo movimento social.

O governo federal, a partir de 2003, instituiu a Senaes, no Ministério do Trabalho e Emprego. Esta Secretaria iniciou um amplo processo de identificação das experiências que poderiam ser caracterizadas de Economia Solidária, visando constituir um sistema nacional de informações sobre essas iniciativas existentes em todo o país. Em função disto, a Senaes elencou um conjunto de características que moldam um conceito bastante amplo para esta proposta socioeconômica, o qual sintetizamos como organizações coletivas, suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e /ou rurais, possuem atuação permanente, podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real, realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, créditos e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização, podem ser ainda, singulares ou complexas (SENAES, 2004).

Outra visão foca o conceito no espaço econômico e político que a Economia Solidária pode ocupar para definir o papel que a mesma pode desempenhar, pois “a Economia Solidária não é nem uma economia liberal de mercado e nem uma economia planificada, estatal” (BRUM, 2003, p. 219).

Considerando que a economia de mercado não cumpriu suas promessas em termos sociais e que o modelo de redistribuição da riqueza, baseado na economia estatal, desapareceu do cenário mundial no final do século 20, ficou um amplo espaço para ser ocupado por uma forma de economia da reciprocidade, ou seja, a Economia Solidária, que reafirma as relações sociais e a produção para a satisfação das necessidades (BRUM, 2003).

O autor ressalta, ainda, que “a incapacidade em definir as missões e o modo de funcionamento de forma unívoca alimenta uma incompreensão geral” (p. 223). Esta incompreensão gera resistências por parte das empresas privadas e do setor público. As primeiras devido a uma pretensa concorrência desleal, e o segundo porque a Economia Solidária parece possuir o germe do desmantelamento progressivo do serviço público. Esclarecido seu papel, no entanto, ela pode amenizar os “efeitos destruidores” da economia de mercado e, ao mesmo tempo, ser mais eficiente que o Estado na compensação à sociedade (BRUM, 2003).

O movimento de Economia Solidária não a visualiza como algo intermediário entre um modelo de economia de mercado e economia de redistribuição estatal. O certo é que o que distingue os EES de outras formas econômicas é a propriedade coletiva dos meios de produção e da apropriação dos resultados. Para Montchane, esta forma de economia constitui no interior do capitalismo uma espécie de “objeto não-identificado”, que acumula paradoxos. Referindo-se com mais propriedade a chamada Economia Social, existente na Europa, o autor entende que as grandes instituições deste tipo “proclamam-se diferentes de suas homólogas capitalistas, porém disso nem sempre há prova explícita ou convincente” (2007, p. 08).

A vivência da Economia Solidária, os propósitos e as conquistas de quem se considera parte deste movimento social estão em construção, constituindo-se em fatores que mobilizam e determinam reações diante da realidade em que a sociedade está inserida, ou seja, do modo de produção capitalista. Neste sentido, um importante marco na definição do que pretende ser a Economia Solidária foi a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I Conaes), realizada em junho de 2006, em Brasília. Esta conferência foi um espaço de discussão convocado pelo poder público (em especial o Ministério de Trabalho e Emprego) que reuniu 1.073 delegados representando EES, entidades de apoio e gestores públicos de todo país.

No documento final que relata os encaminhamentos da conferência, o primeiro eixo temático é dedicado a apresentar os fundamentos e o papel da Economia Solidária na construção do desenvolvimento sustentável. Este eixo é composto de 22 itens, que buscam contemplar a diversidade do conceito. O primeiro item diz que:

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada de capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e de consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (SENAES, 2006, p. 57).

Fica exposto que o desejo dos atores da Economia Solidária, representados na Conferência Nacional, não é de algo intermediário e compensatório. No presente momento, porém, as preocupações estão voltadas prioritariamente para a sobrevivência da idéia e de seus principais atores, os empreendimentos econômicos solidários, o que se expressa, por exemplo, nos 70 artigos do Eixo Temático III do documento da conferência, voltado para prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social (SENAES, 2006).

3. A INSERÇÃO DOS EES NO MERCADO

A análise a seguir resulta, por um lado de uma pesquisa bibliográfica, baseada na leitura de autores que trabalham a temática da Economia Solidária e por outro lado tem por base os dados referentes ao mapeamento nacional de empreendimentos de Economia Solidária da Senaes. Mapeamento realizado em 2005, na Região Noroeste do estado gaúcho pela Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Unijuí. Os dados foram obtidos por meio de uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários fechados, com 72 questões, sendo diversas de múltiplas escolhas. O questionário foi padronizado para todo o Brasil e as entrevistas foram realizadas junto aos associados dos EES, os quais respondiam coletivamente com um mínimo ideal de três pessoas. Os dados foram sistematizados em programa estatístico voltado as Ciências Sociais – Statistical

Package for the Social Sciences (SPSS), dando origem a diversas tabelas que são utilizadas como fonte de dados. Neste artigo, optou-se apenas pelos mais representativos em relação à inserção no mercado, no caso, os utilizados no trabalho de Lemes (2006).

Ao analisar a realidade dos EES sob o ponto de vista da Economia Solidária, Gaiger afirma que “essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento” (2006, p. 1). Pode-se acrescentar que nas Regiões do mapeamento realizado pela Unijuí grande parte dos associados se caracteriza por ser pequenos proprietários rurais, que de modo geral se enquadram nas perspectivas citadas por Gaiger. Esses agricultores vêem no associativismo uma possibilidade de elevação de renda, como apontam os dados coletados no trabalho de campo, em que 36% indicaram ter formado o EES para ter maiores ganhos e 19% para complementar a renda. Apenas 11% indicam ser uma alternativa ao desemprego e os demais indicam outras motivações.

Os dados do mapeamento nos mostram que entre 264 EES que responderam a questão referente a sua área de atuação, 47,7% são rurais, 26,9% rurais e urbanos e apenas 25,4% declaram-se apenas urbanos. Portanto, a grande maioria são iniciativas econômicas voltadas para o meio rural. Destaca-se ainda que grande parte dos EES atuam⁶ na produção (42%) e/ou comercialização (48%) de produtos ou serviços, sendo o terceiro maior contingente dedicado ao uso coletivo de equipamentos (24%).

Como a maioria destes EES são de origem rural, em uma região cujo principal produto agrícola é um *commodities* (no caso a soja), observa-se a tentativa destes setores de construir uma alternativa a situação econômica do meio rural. Neste sentido, o que se chama aqui de Economia Solidária é fundamentalmente uma forma de se re-inserir no mercado, de forma diferenciada, pela comercialização de bens e serviços finais, pois de forma geral, 72% dos EES fazem a venda direta ao consumidor.

A consequência desta opção, é que o mercado ao qual são destinados os produtos oriundos dos EES – seja eles rurais ou urbanos, são majoritariamente aqueles em que os produtores tem acesso diretamente, ou sejam, mercados comunitários (31%) ou municipais (42%).

Na ótica de Gaiger (2006, p.01) “tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência”.

O relativo sucesso dos EES pode ser explicado considerando que a Economia Solidária possui semelhanças à economia camponesa, primeiramente por ser distinta da forma assalariada e também por modificar o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente, funcionando com base na propriedade social dos meios de produção, com poder de decisão e organização estratégica coletivas e baseada na comunidade que trabalha. Enfim, a unidade entre a posse e os meios de produção (GAIGER, 2006).

Os EES contribuem para dinamizar o potencial de recursos humanos e materiais que repousam em esferas não-mercantis e mercantis da sociedade, podendo inserir-se no padrão de desenvolvimento sustentável. Tendem a ocupar os nichos de mercado, parcialmente protegidos da grande concorrência e a estabelecerem práticas de trocas baseadas na confiança entre produtores e consumidores. Conjugam a maleabilidade das atividades de autônomos e

⁶ O entendimento da SENAES de atuação é no sentido do que realmente é feito em conjunto pelo empreendimento.

profissionais liberais, com a vantagem de diluir custos fixos em um grupo e de poder expandir as atividades com mais facilidade (GAIGER, 2006).

Esta forma de economia, no entanto, mesmo atuando em nichos de comercialização e com uma racionalidade distinta de uma empresa tipicamente capitalista, atua em pleno mercado. De acordo com Braudel (1985; 1996, citado por KRAYCHETE, 2006, p. 8), Economia de Mercado e Capitalismo, não são a mesma coisa, sendo que o capitalismo (e por tanto, os problemas do mercado), existiriam de fato em esferas superiores do mercado – nos monopólios - e não nas atividades mercantis de pequena escala.

Tauile (2006) em suas discussões traz um desafio que ajuda a entender a viabilidade dos EES, no qual estes, para sobreviver no mercado competitivo, devem ter padrões socialmente necessários de produção e socialmente aceitos de demanda, ou seja, produzir de forma competitiva o que é demandado, em quantidades suficientes, com preços competitivos, qualidade assegurada, diversificação de produtos, serviços de pós-venda, bem como devem dispor de outras capacidades e competências econômicas indiretas, tais como financiamentos e créditos ao consumidor. Somente desta forma, os EES podem sobreviver, para além de certos nichos de espaço limitado no mercado.

Isto remete a novos desafios para reflexão acerca das potencialidades e limites desta proposta de Economia Solidária. Primeiramente, é necessário verificar o que de fato caracteriza o ambiente de atuação dos EES, e posteriormente, se este mercado, de fato, não é capitalista.

Neste sentido, os dados do mapeamento de ES apresentam o cenário em que os grupos pesquisados atuam. Sobre a estratégia de acesso aos consumidores, a grande maioria dos EES que comercializa, o faz em espaços próprios (50%) ou venda direta aos clientes por outros meios (31%).

Dos EES que se constituem com a finalidade de ter acesso ao mercado, 49% declaram dificuldades para comercializar seus produtos e serviços. Considerando que ações de acesso ao mercado são as principais demandas nos encontros de Economia Solidária, podemos ver um descompasso entre a realidade apontada na pesquisa e o discurso nos espaços de articulação, embora, ainda o percentual seja significativo.

Um grupo expressivo de EES declarou que a única forma de divulgação de suas atividades é o tradicional “boca a boca” (78%), o que conjugado com o fato de que a maioria dos EES alega não apresentar dificuldades de comercializar (51%), atesta os fortes vínculos que este tipo de empreendimento possuem com seus consumidores.

Os resultados econômicos que os EES conseguem, em sua maioria, apresentam excedente nas atividades econômicas (53%). Considerando que a grande maioria dos EES volta-se para produção e venda direta ao consumidor final, pode-se constatar que os mesmos têm apresentado relativo sucesso em suas atividades mercantis – isto é, tem conseguido sustentar-se atuando diretamente no mercado de consumo de bens finais.

Cerca de 40% dos EES que responderam sobre o destino das sobras assinalaram que buscam aplica-la em fundos de investimento ou reserva. O maior bloco em percentuais absolutos, no entanto, faz a distribuição entre os sócios (25%). Nesta questão estão reunidos tanto aqueles EES que consideram a remuneração dos EES um custo fixo, como aqueles que somente distribuem entre os sócios o excedente. Sendo assim, ao final de um ano, muitas vezes não sobra excedente, porque o mesmo já foi distribuído.

De forma geral, os EES analisados apresentam peculiaridades na forma de atuação no mercado, principalmente pela grande maioria ser de EES que produzem e comercializam diretamente ao consumidor, ou de substituírem o papel do atravessador, articulando a venda coletiva da produção de associados individuais. E que a maioria destes EES tem apresentado resultados econômicos positivos, sendo

que muitos consideram não possuir dificuldades para comercializar. Outro diferencial é que não há uma preocupação em investimentos em mídia para assegurar esse resultado.

Visualiza-se um conjunto bem sucedido de EES que atuam no mercado, um mercado relativamente concorrencial (consumidores finais), sendo seus concorrentes diretos as redes de supermercados, lojas, outros produtores e prestadores de serviços informais. Muitos destes concorrentes com parte significativa de seu faturamento investido em *marketing*, especialmente propaganda e formas de pagamento adequadas às necessidades dos consumidores. São condições que os EES em geral não possuem, mas isto, aparentemente, não impede que obtenham bons resultados, pelo menos se considerando suas expectativas.

4. AS CONTRADIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS AO MERCADO

Esta nova forma de organização econômica – a ES, pode ser um **novo modo de produção**, segundo os entusiastas da idéia, como Singer. Modo de produção, para Gaiger (2006, p. 3), é:

[...] a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. Essas determinações encontram-se para Marx no modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas.

Para Marx, segundo Gaiger (2006) um modo de produção constitui-se em um modo material de produção, ou seja, nos elementos e formas materiais dos diversos processos de trabalho, com os quais a sociedade age sobre a natureza para extrair os meios materiais necessários para produzir e reproduzir a sua existência social.

Estes modos materiais de produção podem repousar ou não sobre a mesma base técnica. No entanto, a instauração de um novo modo de produção exige “um novo modo material de produção, que lhe seja apropriado” (GAIGER, 2006, p. 4). Por isso domina o conjunto do processo de produção social e adapta as instituições as suas necessidades, incluindo aqui a forma de produção e apropriação dos meios de produção e dos resultados desta.

Concretamente, o modo de produção capitalista resulta da combinação de quatro características da vida econômica, que já existiam em formas econômicas anteriores, porém separadas,

[...] a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção (GAIGER, 2006, p. 5).

O capitalismo constitui-se, portanto, numa **relação social**, de indivíduos desiguais perante os meios de produção, que produzem mercadorias – inclusive a própria atividade humana tornando-se uma mercadoria. A “[...] mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital” (GAIGER, 2006, p. 5)

A circulação mencionada nada mais é do que o “mercado”, ou o espaço onde os bens e serviços são trocados, regidos pela lei da oferta e demanda. Neste caso, “como indica Francisco de Oliveira, não se trata de uma irrealizável exclusão do

mercado [por parte dos EES], porque dele, em alguma medida, ninguém escapa" (KRAYCHETE, 2006, p. 5).

Esta circulação, no entanto, não pode ser vista como algo isolado, pois não existiria capitalismo sem a conjugação de seu modo de produção com seu modo de circulação, sendo que o primeiro domina o segundo, quando o capitalismo esta plenamente desenvolvido, e o segundo se sobrepõem ao primeiro na periferia do sistema (MARTINS, 1993).

A perspectiva das pessoas que se associam em um EES certamente perpassa a realidade socioeconômica em que estão inseridos, que é de crise estrutural, sendo estes empurrados para a busca de alternativas não necessariamente revolucionárias, como entendida por Kraychete:

Face às possibilidades cada vez mais distantes do emprego regular assalariado, uma certa visão, compatível com a crença ultraliberal, propõe aos desgarrados do mercado formal de trabalho que adquiram uma tal de "empregabilidade"; que montem os seus próprios empreendimentos, transformando-se em empresários de si mesmos (KRAYCHETE, 2006, p. 6).

Certamente as regiões estudadas apresentam algumas peculiaridades, por ter uma grande influência do setor rural, onde ainda existe a propriedade dos meios de produção – em especial da terra – por parte de uma parcela significativa da população. Mas, de acordo com os dados nacionais do mapeamento, cerca de 45% dos 15 mil EES identificados surgiram como uma alternativa ao desemprego (SENAES, 2005).

De forma geral, os EES atuam num cenário de Economia Popular – muitas vezes informal – caracterizado como um espaço aonde "mal e precariamente vai ocorrendo à reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho" (KRAYCHETE, 2006, p. 06).

Neste cenário é pertinente observar que mais da metade dos EES mapeados regionalmente são informais (51%). Nacionalmente este grupo representa 33% dos EES mapeados. No entanto, o maior universo, nacionalmente, são de associações, o que em termos de direitos sociais representam pouco mais do que os grupos informais.

Certamente o que distingue os EES de outras formas alternativas de sobrevivência é a propriedade coletiva dos meios de produção e da apropriação dos resultados. Porém, como nos alerta Montchane

Os grandes bancos e as sociedades mutualistas de seguros, bem como as cooperativas, têm estatutos incompatíveis com a lógica do mercado. No entanto, elas moldam-se ao sistema liberal a ponto de não poderem ser facilmente diferenciadas das empresas comuns (MONTCHANE, 2007, p. 7).

Isto certamente se aplica a um numero razoável de EES mapeados, do contrário dificilmente poderiam sobreviver no mercado capitalista. Outra passagem de Gaiger, focando na experiência nacional, elucida como se dá essa adaptação ao mercado, pois

Do ponto de vista dos fatores humanos, os fundamentos democráticos da autogestão vêm precisamente ao encontro dos requisitos de envolvimento e participação dos trabalhadores, preconizados pelos métodos de gestão modernos. Células de produção, grupos de trabalho e postos multifuncionais, a par outras técnicas de gerenciamento horizontal e responsabilização do trabalhador, típicas das normas de gestão de qualidade em voga, acomodam-se com naturalidade à estrutura participativa dos empreendimentos solidários. (2006, p. 21)

Neste sentido, pode-se agregar mais algumas informações regionais do mapeamento. Primeiramente 61% dos EES entrevistados possuem sócios que trabalham diretamente nos EES. Em números absolutos, é semelhante ao número de EES que produzem e comercializam. Cabe lembrar que muitos EES são apenas

de aquisição coletiva de equipamentos ou materias-primas. Outra informação importante, é sobre a forma de remuneração, pois a grande maioria dos EES que especificaram a forma como remuneram seus associados que atuam diretamente no EES, declararam fazer isto de forma proporcional a sua produtividade (33%). A maior parte dos EES atuam coletivamente apenas na comercialização, ou seja, a proporção é relacionada diretamente a quanto se vende em um universo significativo destes empreendimentos.

Em relação à benefícios sociais diversos (13º salário, férias remuneradas, etc), a grande maioria dos EES entrevistados não apresenta. A rigor, pode-se dizer que no máximo 24% dos EES possui algum benefício para além da remuneração. No entanto, como alguns EES podem adotar mais de um benefício, este percentual tende a ser menor. Cerca de 18% dos EES entrevistados declaram que possuem trabalhadores não sócios desempenhando atividades. Destes, 69% são de contratação permanente.

Sobre a forma de contratação dos trabalhadores não sócios, em 28 EES a contratação é assalariada, em 14 é apenas uma prestação de serviço, em dois são estagiários remunerados e em quatro apresentam outras situações.

Fica claro que a situação do trabalho é precária em grande parte dos grupos, não havendo remuneração fixa na maioria dos casos, nem outros benefícios. E de forma geral, organizam-se buscando a máxima flexibilidade de custos (ou direitos). Mas se tivessem que assegurar condições melhores, possivelmente os resultados não seriam considerados positivos pelos sócios, isto por que:

Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da 'reprodução da vida da unidade familiar'. Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os 'empreendimentos populares' não podem dispensar os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno (KRAYCHETE, 2006, p. 8).

Denota-se uma dupla visão sobre os empreendimentos analisados. São formas de precarização do trabalho ou podem ser a semente de um novo modo de produção? Esta complexa resposta certamente não será encontrada neste trabalho, mas é possível avançar um pouco mais neste campo, considerando que:

[...] tais formas passam ordinariamente a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital, muito embora possam dispor de margens de autonomia apreciáveis, ao ocuparem os interstícios do processo capitalista. Desde seus primórdios, o capitalismo valeu-se de formas de organização do trabalho que escapam às estritas condições de assalariamento e de extração de mais-valia (GAIGER, 2006, p. 8).

O capitalismo, especialmente em suas crises cíclicas abre margens para diversas formas de organização do trabalho distintas de seu modelo clássico, o assalariamento. Concretamente, então, não há nenhuma garantia de que as contradições que a ES apresenta com o capitalismo podem contribuir decisivamente para a superação do mesmo.

5. OS CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO DO MERCADO E A CONTRIBUIÇÃO DA ES

Os EES das regiões analisadas apresentam relativo sucesso de penetração no mercado, sendo este uma condição básica de existência do capitalista (modo de produção e circulação de mercadorias). A experiência concreta dos EES é plenamente possível de ocorrer dentro do sistema, sendo inclusive que suas características podem moldar-se plenamente as condições exigidas pelo mercado.

A partir de então, discute-se em que sentido é possível superar o capitalismo – e suas formas de exploração, e como a ES pode contribuir para tanto e como os EES destas regiões analisadas vêm se posicionando frente estes desafios.

Haddad (2003) apresenta a discussão no campo marxista sobre “planejamento” e “mercado”, não como conceitos econômicos, mas sim políticos. Citando Marx, expõem que: “Na sociedade em que domina o modo capitalista, de produção, condicionam-se reciprocamente a *anarquia* da divisão social do trabalho e o *despotismo* da divisão manufatureira do trabalho” (MARX, citado por HADDAD, 2003, p. 29, grifo nosso). Deste modo, não é possível discutir a superação do sistema capitalista tendo apenas os conceitos econômicos do que é mercado e planejamento, e sim, o sentido político que existe a partir da propriedade privada, que organiza uma forma de produção despótica e uma circulação anárquica.

Para Marx, as cooperativas – uma das formas clássicas do que hoje chamamos de EES – no interior do regime capitalista, são uma primeira ruptura, embora reproduzam os defeitos do sistema. Mas “dentro delas suprime-se a oposição entre capital e trabalho (despotismo), ainda que não acabem com a exploração do trabalho, uma vez que os próprios trabalhadores se auto-exploram” (HADDAD, 2003 p. 35).

A cooperativa é, portanto, uma negação limitada do capitalismo e que somente sobreviverá se produzir numa escala ótima, e com a melhor tecnologia disponível. No entanto, para “salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais” (MARX, citado por HADDAD, 2003, p. 36).

Por “meios nacionais”, entenda-se o sistema de crédito, sistema tributário, sistema de inovação (P&D), sendo necessário para tanto a conquista do poder político. Assim, Marx já considerava que o grande valor positivo das cooperativas são de que estas eram criações independentes dos próprios trabalhadores, mas que sem a conquista do poder político, elas não poderiam mudar o sistema (HADDAD, 2003).

Não se pode perder de vista que a defesa de uma alternativa econômica ao capitalismo deve sustentar-se em evidências de que um novo modelo possa ser baseado em outras relações de produção, possibilidades reais de vigência histórica (condições subjetivas) e condições objetivas de viabilidade e perduração (GAIGER, 2006). Portanto, é necessário verificar em que medida os EES atendem estas condições. No entanto, mesmo com suas contradições, do ponto de vista político, sem dúvida estes empreendimentos contribuem para superar o despotismo do sistema.

Nas regiões estudadas, a maioria dos EES não participa de nenhuma forma de articulação com seus semelhantes (65%). Nacionalmente, cerca de 40% dos EES mapeados efetua algum tipo de cooperação com outros empreendimentos similares. Neste sentido, Kraychete diz que:

Atualmente, esta economia dos setores populares – seja sob a forma do trabalho individual ou familiar, seja através das diferentes modalidades de trabalho associativo – existe apenas de forma dispersa e fragmentada. Em seu conjunto, ela é marcada pela precariedade: trabalho precário, moradia precária, consumo precário [...] Sobretudo quando observamos o trabalho por conta própria nos espaços urbanos (2006, p. 9).

Quando considera-se a participação em movimentos sociais de maneira geral, os percentuais, tanto regional como nacionalmente, se elevam. No primeiro caso, cerca de 48% declara participar de algum movimento social na região, enquanto no país, cerca de 58% respondem afirmativamente esta questão.

Esta dimensão de engajamento social é importante porque sem articulação e cooperação econômica, será impossível superar a anarquia do mercado. Porém, no atual estágio de desenvolvimento destes EES, tanto na dimensão regional como nacional estes ainda têm que simplesmente sobreviver no mercado, e mesmo para isto, nas condições que a economia permite, “uma mudança de qualidade da

economia dos setores populares depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento” (KRAYCHETE, 2006, p. 9).

A luta por uma transformação qualitativa destes EES, portanto, inscreve-se no embate mais amplo pela transformação do trabalho, passando de uma carência para um produtor e produto de cidadania. Ou seja, a ES deve “colocar-se como uma forma de resistência, ao lado de outras, como por exemplo: a agricultura familiar, buscando a desmercantilização da força de trabalho” (KRAYCHETE, 2006, p. 10). Neste sentido amplia-se a necessidade de inserção nas pautas dos movimentos sociais, bem como na articulação de redes e espaços próprios de cooperação política, econômica, científicas e de formação.

O principal adversário dos EES é justamente o mercado, que, por sua vez, não é uma força suprema e inevitável da economia, mas ao contrário, uma forma de realização econômica que se desenvolveu por decisão política. A medida que a burguesia foi criando condições de assumir o poder político, foi criando condições – isto é, regulando o mercado, para que o mesmo servisse a seus interesses. Nada mais justo e necessário, portanto, dentro do sistema capitalista, do que lutar por uma regulação favorável aos EES no mercado, ao menos para permitir um pouco mais de acúmulo de forças dos mesmos. E isto só é possível conseguir, aliando-se a todos os setores que são excluídos deste mercado e que igualmente buscam formas de se organizar, tanto política quanto economicamente, para sobreviver.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as contradições do capitalismo é perfeitamente possível a existência de formas de reprodução das condições materiais de vida sob uma lógica não orientada ao lucro, o que permitiria a existência da proposta da Economia Solidária, sem que esta, necessariamente venha a ser a semente de um novo modo de produção.

Isto devido ao fato de que o capitalismo, enquanto sistema dominante, não é apenas uma forma de organizar a produção e a divisão dos resultados, mas o fato de fazer isto por meio do mercado; esse controlado pelos agentes econômicos mais fortalecidos, que tem condições de impor suas estratégias, visando seus objetivos, que são a transformação da mais-valia em lucro capitalista.

A proposta da Economia Solidária, no entanto, pode contribuir na superação do sistema – e nesse sentido ser entendido como uma **semente**, à medida que ela conseguir estabelecer eficientemente a produção de uma forma não despótica e fazê-la superar necessidades sociais de uma forma não anárquica, ou seja, cooperando autogestionariamente não apenas na produção para o mercado, mas cooperando entre EES, modificando a forma de distribuir os resultados econômicos de sua produção.

No atual cenário, entretanto, os EES devem conseguir fortalecer sua presença neste próprio mercado, como condição básica para sua existência, avançando na construção de objetivos que condizem com os idéias e desafios postos a Economia Solidária.

Neste propósito, deverão contar com o apoio do Poder Público, o qual precisa ser democratizado, especialmente no sentido de ser decisivamente influenciado por todos os setores não contemplados no mercado.

Nas regiões analisadas, de forma geral, a caminhada da Economia Solidária, mediante seus EES ainda está em seus primeiros passos, no sentido organizativo e mesmo de relevância econômica. No entanto, o relativo sucesso que os EES mapeados têm obtido no mercado, permite ver que uma das condições básicas para o desenvolvimento desta proposta, a sobrevivência destes, está sendo obtida. O desafio é fazê-la sem torna-se apenas mais um elemento anárquico deste mercado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUM, A. L. Economia Solidária: elementos para compreensão. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS: Ed. Unijuí, n.1, p. 217-228, jan./mar.2003.
- CARVALHO, N. V. *Autogestão, o nascimento das ONGs*. São Paulo: Brasiliense, 1996. 193 p.
- CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.
- CATTANI, A. D. *Crítica da Economia Solidária*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 96, n. 6, p. 10-21, 2002.
- DIOCESE DE SANTA MARIA. Projeto Esperança/Cooesperança: uma experiência que deu certo. On: TÊVOÉDJRÉ, Albert. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela soliedariedade*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Parte integrante do livro, 27 p.
- FRANÇA FILHO, G. C. (Org.) ; LAVILLE, Jean Louis (Org.) ; MEDEIROS, Alzira (Org.); MAGNEN, Jean Philippe (Org.) *Ação Pública e Economia Solidária: Uma Perspectiva Internacional*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006a. v. 01. 326 p.
- FRANÇA FILHO, G. C. Esclarecendo Terminologias: As Noções de Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular em perspectiva. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador-BA, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C. Novos arranjos organizacionais possíveis? - O fenômeno da Economia Solidária em questão (precisões e complementos). *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 08, n. 20, p. 125-137, 2001.
- FRANÇA FILHO, G. C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: Genauto Carvalho de França Filho; Jean-Louis Laville; Alzira Medeiros; Jean-Philippe Magnen. (Org.). *Ação Pública e Economia Solidária: Uma Perspectiva Internacional*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006b, v. 1, p. 259-267.
- FRANTZ, W. *Reflexões e apontamentos sobre cooperativismo*. Ijuí: Ed. Unijuí. 2005. (Coleção Cadernos Unijuí, Série Cooperativismo, 08).
- GAIGER, L. I. *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>. Acessado em: 21 de junho de 2006.
- GAIGER, L. I. G. (Org.) *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. v. 1000. 417 p.
- GAIGER, L. I. G. . Empreendimentos econômicos solidários. In: Antônio David Cattani. (Org.) *A outra economia*. 1ª ed. Porto Alegre: Veraz, 2003, v. , p. 135-143.
- GOERCK, C. *Emergência do cooperativismo, reestruturação do capital e Economia Solidária e o papel do serviço social em empreendimentos econômicos solidários*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. (Coleção Cadernos Unijuí, Série Economia Solidária, 05).
- HADDAD, F. et al. *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo, SP: Ed. Perseu Abramo, 2003.
- KEIL, I. M; MONTEIRO, S.T. Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina. São Leopoldo, 1982, disponível em <http://www.cootrade.com.br/pioneirosrochdale.pdf>, acessado em 29/12/2007.
- KRAYCHETE, G. *A produção de mercadorias por não-mercadorias*. Disponível em: <http://www.capina.org.br/publicacoes/ProdMercNaoMerc.pdf> Acessado em 21/06/2006.
- LECHAT, N. M. P. A Economia Solidária no Brasil: Formação de um Novo Protagonista Sociopolítico, o Trabalhador Associado.. In: BALSÀ, Casimiro; BONETI, W. Lindomar; SOULET, Marc-Henry. (Org.) *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social*. 1 ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006, v. 1, p. 143-162.

- LECHAT, N. M. P. Economia moral um conceito bom para pensar a Economia Solidária? *Ciências Sociais Unisinos*, Unisinos - São Leopoldo, v. 37, n. Jul - Dez, p. 59-102, 2001.
- LECHAT, N. M. P. Economia moral. In: CATTANI, Antonio, D.. (Org.). *A outra economia*. 1 ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, v. 1, p. 96-100.
- LECHAT, N. M. P. ; RITTER, C. ; LEMES F. R. M. ; SCHIRMER, T. . Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Civitas* (Porto Alegre), v. 7, p. 175-194, 2007.
- LECHAT, N. M. P. *Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- LEMES, F. R. M. *A Economia Solidária no mercado capitalista: uma análise dos empreendimentos econômicos solidários das Regiões Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Alto Jacuí e Missões*. Ijuí. Departamento de Economia e Contabilidade, Unijuí, 2006. (Monografia de Conclusão de curso de Economia).
- LISBOA, A. M. A socioEconomia Solidária diante da grande transformação. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 27-57, 2001.
- LISBOA, A. M. Economia Solidária e autogestão: imprecisão e limites. *Revista de Administração de Empresas (FGV)*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005a.
- LISBOA, A. M. Significado e Perspectivas da Economia Solidária. In: Fiorelo Picolli. (Org.). *II Encontro Mato-Grossense de Educação e Socio-Economia Solidária*. Cáceres: UNEMAT, 2005b, v. , p. 14-30.
- MARTINS, J. M. *A Chegada do Estranho*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1993.
- MONTCHANE, J. L. *Economia social e Economia Solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?* Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib4.htm>>. Acesso em: 18 mai., 2007.
- SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. 1. ed. Brasília: MTE/SENAES, 2006.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1. 2006, Brasília. *Anais Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília, 26 a 29 Jun.2006.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *SIES: Manual de Entrevista*. 1. ed. Brasília: MTE/SENAES, 2004.
- SINGER, P. I. *Uma Utopia Militante*. Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998a. 182 p.
- SINGER, P. I. *Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998b.
- SINGER, P. I; MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 81 p.
- SINGER, P. I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. I. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. *Revista Estudos Avançados*, nº 18 (51): 7-22, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>. Acessado em 04 de dezembro de 2007.
- SINGER, P; SOUZA, A. R. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TAUILE, J. *Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária*. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>. Acessado em 21 de junho de 2006.

VITCEL, M.; MUENCHEN, J.W.; LEMES, F. Empreendimentos de Economia Solidária: alternativas de trabalho e renda. *Revista de Estudos de Administração*, Ijuí, RS: Ed.Unijuí, p.67-72, jul./dez. 2005.